

PROJETO DE URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO: OCUPAÇÃO NOVE DE NOVEMBRO URBANIZATION AND HOUSING PROJECT: NOVEMBER OCCUPATION

Alexia de Araujo
Rodrigues

Centro Universitário Geraldo di Biase, Volta Redonda, RJ/Brasil
e-mail alexiaaraujo42@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo propor uma análise e evidenciar características que possam embasar futuras intervenções urbanas e arquitetônicas na ocupação Nove de Novembro, uma comunidade que há doze anos ocupa um terreno de forma irregular e busca ter acesso a serviços básicos e moradia digna. Através de dados colhidos a partir das visitas in loco, suporte teórico e entrevistas com o representante dos moradores, o trabalho constrói um documento que apresenta a realidade do local, os atuais ocupantes, bem como sua história, demandas, perdas e o que pensam para o futuro. Mediante as pesquisas apresentadas, é possível vislumbrar possibilidades para estruturar e tratar a questão que permeia a discussão, propondo ações existentes, já executadas, que possam atender as demandas apresentadas pelos ocupantes. Portanto, a pesquisa estabelece um acervo teórico para fundamentar ações neste espaço.

Palavras-chave

Habitação de interesse social. Ocupação. Moradia digna. Políticas públicas. Desenvolvimento social.

Abstract

This article aims to propose an analysis and highlight characteristics that can support future urban and architectural interventions in the Nove de Novembro occupation, a community that has occupied a land irregularly for twelve years and seeks access to basic services and decent housing. Through data collected from on-site visits, theoretical support and interviews with the residents' representative, the work builds a document that presents the reality of the place, the current occupants, as well as their history, demands, losses and what they think about the future. Through the research presented, it is possible to envision possibilities to structure and address the issue that permeates the discussion, proposing existing actions, already carried out, that can meet the demands presented by the occupants. Therefore, the research establishes a theoretical collection to support actions in this space.

Keywords

Social Housing. Occupation. Decent housing. Public policy. Social



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 15/07/2023
Publicado em 31/08/2023

1 INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa busca elementos que possam evidenciar diretrizes para a elaboração de futuras intervenções na ocupação Nove de Novembro, a fim de pensar a comunidade, suas necessidades e como atendê-las, de modo que os projetos sejam elaborados da melhor forma para os atuais e novos moradores. Também está em foco encontrar soluções para adequação dos objetivos ao local, projetar para o espaço e suas características existentes, além de unir as ideias através da colaboração mútua.

A história de Volta Redonda e seu crescimento como cidade está diretamente ligada à indústria, isso acontece após a chegada da CSN¹, Usina Presidente Vargas, ao território urbano, ainda 8º distrito de Barra Mansa. Ocorre que a partir deste momento ele começa a ser pensado para abrigar a Companhia Siderúrgica Nacional que, inaugurada em 1941, faz com que a cidade seja pensada a partir de suas demandas, categorizando-a como uma Company Town (LIMA, 2013).

Atílio Correa Lima foi o arquiteto responsável por projetar a cidade de acordo com as demandas da indústria e seus colaboradores. Desse projeto nasceram os primeiros bairros, ao lado da Siderúrgica, localizados na zona central da cidade: Conforto, Rústico, Bela Vista, Laranjal e Vila Santa Cecília. Havia uma hierarquia dentre os bairros que estava diretamente vinculada aos cargos no qual os operários exerciam na empresa - o conforto, por exemplo, era o bairro destinado aos operários, já o Laranjal era onde se encontravam os funcionários de maior hierarquia dentro da CSN, como exposto por Bastos (2017) e Gomez (2010).

A partir deste ponto, o 8º distrito foi se desenvolvendo e, cada vez mais, abrigando as pessoas que migravam para Volta Redonda com o intuito de trabalhar na Usina Presidente Vargas. Como tantas outras cidades, o espaço urbano elaborado não estava preparado para atender a demanda de infraestrutura necessária para acolher a dinâmica crescente dos habitantes, nascendo assim as primeiras ocupações. Ângelo da Silva (2010) cita em sua dissertação o primeiro exemplo desse processo, o “Morro dos Atrevidos”, atualmente nomeado como bairro São Carlos e considerado a primeira favela da cidade.

Segundo Castro (2004), como consequência da instalação da Usina Presidente Vargas, a cidade ganha um novo objetivo e a movimentação socioespacial aumenta de maneira significativa, já no início dos anos 1960 os territórios que circundavam a empresa seguindo a linha férrea estavam completamente ocupados. No entanto, é necessário salientar que a Companhia Siderúrgica limitava a manutenção nas áreas urbanas a qual exercia domínio, as áreas de posse, mesmo sendo originadas pela implantação da atividade industrial, não recebiam a devida atenção. Esse fato mostra a incapacidade da empresa em arcar com as responsabilidades sociais que estava criando.

Após a emancipação de Volta Redonda em 1954, começam a surgir os sindicatos e movimentos sociais, visto que a demanda por habitação, equipamentos públicos urbanos, só aumentava com os constantes

¹ Companhia Siderúrgica Nacional, indústria localizada em Volta Redonda e criada pelo então presidente Getúlio Vargas no ano de 1941.

fluxos migratórios. De acordo com o PLHIS² (2010), a autarquia FURBAN³ objetivava o atendimento das demandas por serviços essenciais, melhorias físicas e urbanização de 174 núcleos de posse. Ainda conforme o PLHIS (2010), estimava-se que entre 2010 e 2021, o déficit habitacional chegaria a 16.630 moradias.

De acordo com Lima (2013), após a privatização da CSN no ano de 1993, todo o patrimônio da cidade vinculado à indústria, além da usina, foi vendido - escolas, terrenos e hospital. O que colaborou e permanece não contribuindo na situação do município e sua dinâmica espacial, já que 25% do território da cidade pertence a empresa (ARAÚJO, 2018). E na tentativa de trabalhar as questões sociais, como o acesso à moradia, a alternativa que resta para a população são as áreas periféricas da cidade.

A venda da Companhia e de todos os seus ativos na cidade (usina, terras, clubes, escolas e hospital) apenas explicitou uma condição de dominação que tem na concentração fundiária o seu traço mais perverso e que vem asfixiando o poder público em sua busca por novas possibilidades de desenvolvimento para o município (LIMA, 2013, p.58).

A Nove de Novembro é resultado de todos os processos ocorridos na cidade apresentados anteriormente. Os moradores da comunidade são os que buscaram um local para se estabelecer, mas não encontraram formas de se manter. Portanto, a comunidade nasce da necessidade de morar. O terreno que hoje representa a ocupação não foi o único a ser avaliado, mas a procura por outros locais acabou sendo em vão, dado que a cidade não está preparada para atender essa vulnerabilidade que tanto se manifesta nos arredores do espaço urbano.

Após 12 anos de posse, a realidade dos moradores permanece inalterada mesmo depois de tanto tempo reivindicando por moradia digna e acesso aos serviços básicos. Apesar de estarem ativos, procurando meios de se regularizar e trabalhando em parceria com arquitetos para pensar em projetos que possam ser aplicados, continuam apenas com uma concessão de uso e o receio de serem removidos.

O nome dado à ocupação - Nove de Novembro - é usado para a constante lembrança dos funcionários que morreram durante a invasão do exército à Companhia Siderúrgica Nacional, na greve de 1988. A luta por direitos básicos é o princípio que motivava a greve e continua motivando os movimentos sociais, sendo a moradia uma das pautas centrais, logo, ela permanece atual desde o surgimento da chamada “Company Town”.

Referências Conceituais

Como já mencionado por Rolnik et al. (2011), parece óbvio que o solo urbano deva estar disponível em quantidade e qualidade, principalmente por se tratar de um componente de suma importância quando o tema é habitação de interesse social. Além das ofertas de programas e projetos para moradia, é importante dar atenção ao êxito dessas políticas. Porém, dificilmente a oferta destas habitações destoa da realidade dos

² Plano Local de Habitação de Interesse Social.

³ Fundo Comunitário de Volta Redonda.

vazios urbanos em localizações periféricas e, em alguns casos, em áreas de conversão e recuperação do solo.

Na década de 1980, o movimento pela reforma urbana começa a despontar juntamente com o processo de redemocratização que estava ocorrendo no país, essa mobilização foi nomeada como ‘Movimento Nacional Pela Reforma Urbana’ (MARICATO, 2019). A conexão foi criada a partir dos movimentos já existentes de luta pela moradia e se uniu com uma nova articulação de atores políticos, muito presente nas discussões, incentivados pelo momento que o Brasil estava vivendo.

A articulação dos dois fatores ajudava a pressionar o Estado com medidas que beneficiassem o povo. Ademais, a participação social criou um clima favorável de negociação que, posteriormente, causou mudanças no cenário. Até aquele momento, a regularização fundiária havia sido feita apenas pelos gestores municipais, o que invariavelmente gerava uma disputa. Com a inclusão dos movimentos nas discussões, a legislação foi mudando e concebendo novos instrumentos que, por meio destas alterações, favoreceu mais a população de baixa renda (ROLNIK et al., 2011).

Nos anos de 1970, em Volta Redonda, uma nova perspectiva surgiu e se tornou grande referência política na luta pelos direitos sociais. A inclusão da diocese nas discussões e engajamentos dos movimentos sociais transformou a luta na cidade, tendo como representação Dom Waldyr Calheiros. Tal junção transformou o panorama histórico do município e foi instrumento definitivo na emancipação das classes populares (FARIA, 2013).

Um dos assuntos mais reivindicados pelo povo era, como já relatado, a moradia, levando em consideração as mudanças territoriais e aumento de fluxos migratórios na cidade, assim como a falta de oferta por habitações, os espaços para morar e o conseqüente direcionamento para periferia, locais sem estrutura básica e de difícil acesso. A luta pela reforma urbana estava presente no município e os instrumentos conquistados pelos participantes desse movimento foram colocados em prática nos núcleos de posse da cidade.

Atualmente, apesar das ocupações terem sido parcialmente regularizadas, o causador do problema ainda é o mesmo: as pessoas precisam de seguir para as periferias, subir os morros em locais que colocam suas vidas em risco. O centro não é um espaço que acolhe, não é um espaço que lhes cabe. Em contrapartida, a periferia também não vem sendo o espaço dessas pessoas, pois além da falta aos direitos básicos, sofrem diariamente com a incerteza e a possibilidade de remoção. Qual será o lugar desta população?

Referências Projetuais

Capelinha e Cocaia

Assim como Volta Redonda, São Bernardo do Campo, município situado na mesorregião metropolitana de São Paulo, apresenta características próximas no que diz respeito à população e ocupação irregular do solo urbano. A prefeitura da cidade, observando a necessidade de moradias adequadas para áreas onde existiam essa carência, propôs uma parceria com os arquitetos da ONG Peabiru, que promove assessoria técnica multidisciplinar e atua no estado de São Paulo.

O projeto Capelinha, elaborado em 2011 e revisado em 2015, está localizado em um assentamento que faz parte da área de proteção e recuperação de mananciais da Bacia de Billings, terreno particular com 154.600 m². Seu objetivo era urbanizar, criar habitações e promover a recuperação ambiental. O Projeto Cocaia trata-se de um assentamento precário, irregular que também está cercado por áreas de preservação ambiental, apresentando o mesmo objetivo do anteriormente citado, Capelinha (PEABIRU, 2011).

Interessante mencionar que existem apenas 2 km de distância entre eles, logo, o diagnóstico do terreno é bem similar: a topografia inclui áreas com bastante relevo, pontos em que o solo é mais vulnerável e corre perigo de deslizamento; ambos fazem divisa com uma área de preservação permanente (APP) e estão situadas as moradias irregulares e precárias.

Os dois projetos têm como base a dinâmica entre a equipe multidisciplinar e moradores, foi um trabalho conjunto com a comunidade já estabelecida para urbanizar e criar habitações que os atendessem. As pesquisas e assembleias foram feitas com a presença dos moradores e a construção foi por meio de um programa de financiamento próprio do governo em parceria com o movimento relacionado ao assentamento para promover a autogestão na construção.

Um dos pontos importantes dos projetos é a solução urbanística, pois encontra-se nos dois um pensamento urbano integrativo, um espaço de convívio que pretende unir os moradores e pensa em um convívio coletivo de qualidade. As 17 habitações possuem de 1 a 3 quartos, cozinha, sala, banheiro e área de serviço. Elas também variam entre 32,70 m² e 56 m². Por se tratar de locais onde o espaço é limitado e as edificações são coladas, a solução foi criar um prisma entre as edificações e abrir janelas voltadas para esse espaço no interior (PEABIRU, 2011).

Os projetos Capelinha e Cocaia, servem de parâmetro para análise das aplicações do mutirão e autogestão na habitação de interesse social, como esse método de execução pode ser mais efetivo nos casos onde a comunidade deseja fazer parte da construção. Outro aspecto relevante nos projetos é a existência de duas tipologias habitacionais que incluem prédios de até quatro pavimentos e casas de dois pavimentos, onde cada andar abriga uma família.

Projeto COPROMO

No Estado de São Paulo, outro exemplo de iniciativa se apresenta através do COPROMO⁴. A cooperativa se estabeleceu a partir do ano de 1990 na cidade de Osasco com o objetivo de criar um projeto para abrigar os moradores da favela Terra é Nossa, que viviam nas terras da COHAB⁵. Assim como o projeto, havia a necessidade da mudança do terreno, já que o órgão que coordenava estava precisando do espaço. Foi a partir deste momento que os ocupantes entraram em contato com o escritório USINA CATH e solicitaram a ajuda para pensar nesse conjunto habitacional, que inicialmente abrigaria 520 unidades.

⁴ Cooperativa Pró Moradia de Osasco, entidade criada por moradores para gestão comunitária.

⁵ Companhia de Habitação, “braço do poder público municipal no desenvolvimento e gestão de políticas públicas voltadas para a habitação popular”. (COHAB, 2018)

O escritório entraria no contexto do COPROMO para fornecer os projetos de arquitetura e assistência técnica. Logo no princípio, perceberam que a maior tarefa seria aplicar o pensamento projetual a uma prática de autogestão e mutirão, onde boa parte dos contribuintes não tinha conhecimento de construção civil. A materialidade foi pensada para facilitar a execução, sendo assim, foram utilizados blocos estruturais cerâmicos, circulação vertical e circulação externa horizontal em estrutura metálica e o acabamento interno dos apartamentos eram finalizados pelos próprios donos.

Além do projeto das moradias, existia uma demanda muito grande de pensar o espaço urbano, pois seriam mil unidades habitacionais e todas as famílias convivendo naquele ambiente cheio de prédios. Para existir essa junção e percepção de comunidade, dirigiu-se uma atenção maior aos espaços externos, que não só receberiam crianças de todas as idades, como também idosos em seus momentos de descanso.

O COPROMO serve de base para o projeto da Nove de Novembro, porque se trata de um projeto também voltado para a população inserida em um contexto de vulnerabilidade social e os inclui no processo de criação e execução de todas as etapas. Outra contribuição relevante é o modelo de realização através de mutirões de autogestão, dado que ele pode ser adaptado para diversos contextos onde a comunidade se apropria do espaço que ela está criando.

É possível perceber através do Capelinha, Cocaia e COPROMO como os projetos se adequam bem ao espaço urbano em que se inclui, como as circulações entre os prédios criam áreas de convivência bem trabalhadas. É notável também o uso de artifícios necessários na construção como forma de trabalhar a estética do local, a estrutura contribuindo na beleza do objeto projetado. A participação dos moradores nos dois casos define completamente a estrutura e o planejamento da obra, sendo eles responsáveis pelo desenvolvimento da obra e conclusão dos estágios por inteiro.

Objetivos da Pesquisa

O objetivo principal da pesquisa é analisar a realidade da gleba⁶ em que se localiza a Nove de Novembro, espaço que atualmente se encontra parcialmente ativo, mas que foi entregue nos primeiros anos de movimento aos moradores através de um documento que garante a concessão de uso da terra pertencente à União, bem de domínio público que dá lugar a criação de um novo espaço urbano (BORGES, 2015).

Através de projetos de urbanização e habitação, a demanda por moradia e um espaço urbano digno poderá ser respondida, sanando a necessidade que os aflige ao decorrer dos doze anos de luta por moradia. De acordo com o art. 5º da Constituição Federal de 1988, a função social da terra urbana consiste na utilização da terra, podendo ser urbana ou rural, em conformidade com os objetivos sociais das cidades na qual ela está situada. A começar pelo mais necessário, base de qualquer projeto, dar o uso ao solo que esteve tanto tempo parado, sem cumprir nenhuma função.

⁶ Terreno ainda não urbanizado.

Pode-se assinalar a qualidade de vida como um segundo ponto de extrema importância, pois perpassa as questões mais objetivas de uma construção, indo além de apenas criar um espaço, seu intuito é usar o terreno de maneira que a moradia vá atravessar apenas a rotina e “morar”, mas também habitar e vivenciar o local e as novas situações que estarão dispostas ao longo do território, devidamente ocupado e cumprindo a sua função social.

Mais adiante, apresentar políticas públicas do município que possam atender à comunidade e suas demandas, garantindo que o órgão público execute sua função de promover e apoiar o desenvolvimento humano e social dos cidadãos do município, sendo mais importante nos casos dos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Além de pensar a questão habitacional como uma política de Estado (PLHIS, 2010).

Dados Censitários e Público Alvo

Volta Redonda é uma das maiores cidades do Estado do Rio de Janeiro, conta com uma população de 274.925 moradores e está situada no Médio Paraíba (IBGE, 2022). O que a identifica como uma grande cidade é o âmbito do desenvolvimento, não em faixa territorial, pois neste caso ela é uma das menores, contando com 182,483 km² extensão. Conhecida por 'Cidade do Aço', Volta Redonda tem o Rio Paraíba do Sul como principal afluente, o que favoreceu e ainda contribui enormemente no desenvolvimento urbano, abastecendo tanto a população quanto a indústria CSN. Ademais, o município faz divisa com as seguintes cidades: Barra Mansa, Barra do Piraí, Pinheiral, Rio Claro.

O bairro Santo Agostinho, assim como muitas outras partes da cidade de Volta Redonda, cresceu de maneira irregular, diferente das Zonas Centrais, onde houve maior planejamento. Em 2017, a prefeitura lançou o programa “Escritura fácil” onde a população, a princípio do bairro mencionado, passou por um processo de regularização fundiária garantindo que os espaços hoje sejam assegurados aos moradores. Mas é válido ressaltar que a estrutura local foi definida através das ocupações irregulares presentes.

A população do bairro gira em torno de 30 mil habitantes, sendo 51,65% deles formados por mulheres e 48,38% por homens, destes 5,9% são idosos e 21,8% são jovens (IBGE, 2010). De acordo com a lei de uso e ocupação do solo, prevista no Plano Diretor (2008), a gleba pertencente à Nove de Novembro está incluída em uma zona de uso misto, o que garante que os imóveis possam ser usados para outras atividades além da moradia - geralmente locais com o uso misto direcionam parte da construção ao comércio, sendo ele uma característica já presente na realidade da ocupação.

A taxa de ocupação no local corresponde a 70%, 5.856,64 m² que podem ser usados para a elaboração do projeto. O Afastamento frontal indica que o alinhamento da edificação elaborada precisa necessariamente estar a 3,00 m da calçada, já o afastamento lateral esquerdo e direito precisam ter no mínimo de 1,50 m, com algumas exceções quanto às aberturas de janela, portas e varandas. O afastamento dos fundos é semelhante aos afastamentos laterais (1,50 m) e as aberturas são interpretadas da mesma maneira.

Visita de Campo e Análise do Terreno

A Nove de Novembro se instalou em um terreno que levanta diversas questões na implantação de futuros projetos. Ao chegar no local, identifica-se um conjunto de casas construídas de forma geminada pelos moradores que lá estão vivendo. Nesse caminho até o portão principal existe um pequeno comércio que gera uma movimentação logo na entrada da ocupação. Uma grande mangueira chama atenção desde o primeiro momento que se percorre a gleba concedida.

É notável a diferença dessa para as demais ocupações, apenas algumas pessoas realmente se apropriaram do espaço. O terreno possui características comuns em relação à região na qual está localizado, mas também é o que torna mais complexo a inserção de projetos de interesse social, onde o financiamento é algo muito limitado. Outro aspecto que chama atenção é a existência de escória, material muito presente em Volta Redonda gerado pela CSN, encontrado em uma faixa do terreno, próxima à linha de trem da MRS⁷.

O desnível do terreno de baixo⁸ é mais reduzido, levando em consideração a topografia e a modificações já feitas pelos moradores, porém boa parte do solo ainda não foi mexida, evidenciando o relevo acidentado. Um grande agregador do terreno é a presença da mangueira, símbolo da luta dos participantes e um elemento que não deve ser ignorado. O terreno de cima⁹ possui um aclave ainda mais acidentado do que o supracitado, sendo um espaço que também foi mexido pelos moradores, mas que não foi dado continuidade nas ocupações destinadas ao local.

A localização da gleba tem alguns fatores positivos, ela está próxima de um dos pontos centrais do bairro na qual está inserida, o Santo Agostinho. Ao lado da sua entrada, encontra-se o viaduto que atravessa a linha de trem e liga-se diretamente a uma das principais avenidas da cidade, a Av. do Contorno, o que contribui bastante no cotidiano, pois o transporte público é de fácil acesso. Porém, uma situação não agradável é causada pelos trens que passam no local em vários momentos do dia, gerando uma grande poluição sonora.

O espaço projetual total conta com uma metragem de 8.366,54 m² e, apesar de ser um terreno vasto, um limite se impõe, uma construção, também irregular, invade o terreno destinado a ocupação, o que motiva uma ação do Ministério Público para reintegração do espaço aos donos.

⁷ Empresa brasileira de logística e transporte ferroviário.

⁸ Termo designado pelos moradores para se referir à parte do terreno abaixo do nível da rua.

⁹ Termo designado pelos moradores para se referir à parte do terreno acima do nível da rua.

Figura 1: Fotografia do terreno de baixo da ocupação Nove de Novembro.



Fonte: Registrado pela autora.

Figura 2: Fotografia do terreno de cima da ocupação Nove de Novembro.



Fonte: Google Maps (2011).

Figura 3: Fotografia mostrando o contexto dos terrenos.



Fonte: Google Maps (2022).

Entrevistas

Ao longo da pesquisa para o projeto, foram feitas algumas visitas ao local para diagnóstico do terreno na intenção de entender um pouco mais sobre o público que ocupa aquele espaço. Durante uma conversa, um representante da Nove de Novembro esclareceu que no ano de 2009 iniciou-se a organização das atividades e, em 2010, a chegada ao local onde hoje está estabelecida a ocupação.

O terreno não foi escolhido por um motivo específico, ele foi selecionado justamente por não ter na cidade outro lote que poderia abrigar a população que se encontrava necessitada de moradia. Dirigiram-se algumas buscas pela cidade, de terrenos que poderiam atender a quantidade de pessoas que careciam, porém foi percebido que não encontrariam outro local com disponibilidade para ocupar.

Outro ponto importante levantado na conversa foi a respeito das famílias que se movimentaram para a efetivação da ocupação. De acordo com o membro da comunidade, inicialmente eram contadas 76 famílias, número que diminuiu bastante ao longo do tempo, pois algumas pessoas desistiram de permanecer no local, por ser algo muito difícil. Já outras, não tiveram condições financeiras de continuar ocupando aquele espaço, naquele momento e nas condições que estavam. Ainda foi citado que parte dos ocupantes faleceram entre os anos de 2020 e 2021, período em que ocorria a pandemia de COVID-19.

Por fim, sobraram apenas 20 famílias, que participam ativamente da ocupação e continuam tentando prosseguir. Há um traço relevante na Nove de Novembro a ser destacado, apesar de o terreno nunca ter sido completamente ocupado, já esteve mais utilizado do que atualmente, porém as condições do local nos primeiros anos não favoreciam a permanência, contribuindo como um dos motivos pelo abandono da gleba por algumas pessoas.

Vale apontar que, apesar de a Nove de Novembro ser formada por moradias irregulares, ela sempre tentou resolver as questões legais, urbanísticas, projetuais e, para que o terreno não fosse ocupado de forma descoordenada, existem regras internas que os participantes devem seguir.

Também foi relatado pelo morador a existência de diversos projetos trabalhados ao longo desses 12 anos. O projeto que mais avançou chegou a ser aprovado pela prefeitura de Volta Redonda, Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC) e na Caixa Econômica, concedendo o financiamento relativo ao programa Minha Casa, Minha Vida Entidades. No entanto, com a troca de governo, as questões referentes à execução ficaram estagnadas.

Quando questionado sobre a postura dos órgãos públicos, foi dito que durante bastante tempo a ocupação teve a ajuda da SMAC, os projetos referentes ao Minha Casa, Minha Vida Entidades encaminharam-se através deles até o momento em que foram parados. O FURBAN esteve mais próximo em relação às decisões urbanísticas e participou ao lado do Serviço de Tratamento de Água e Esgoto (SAAE) das questões ligadas ao saneamento básico. Infelizmente, nada foi tirado do papel até então. Vale ressaltar que, além destas autarquias, outro órgão importante que atua com eles é o Ministério Público.

Partindo para as perguntas específicas dos moradores, um dos esclarecimentos é que atualmente se encontram morando no local apenas quatro famílias, com casas de alvenaria pouco estruturadas, mas o objetivo é de construir dezesseis unidades de habitações unifamiliares para atender os vizinhos que ainda não tiveram condições de começar sua casa. A Maioria das famílias participantes são compostas por quatro a cinco membros, em geral um casal e dois ou três filhos, e, em outros casos, um casal com filhos e mais algum membro da família com mais idade que necessita de cuidados especiais.

A renda familiar gira em torno de dois salários mínimos, o que os encaixa na faixa “Urbano 1” do Programa “Casa Verde e Amarela” (CVA). É sabido que pessoas em situação de vulnerabilidade social têm um campo de atuação profissional muito restrito a subempregos, consequência da sua pouca instrução, na maioria das vezes nenhuma formação, e acabam ocupando em sua maioria serviços como diaristas, prestadores de serviços básicos, camelôs, pedreiros.

Algumas famílias ocupantes do espaço hoje já são a segunda geração da Nove de Novembro. Pais e mães que começaram em 2009, hoje estão passando seu espaço para filhos que se encontram na mesma situação em que eles estiveram - a maioria das famílias que restaram permanecem na mesma configuração.

Durante algumas das conversas com os residentes, surgiram algumas demandas que serviram de guia para a elaboração do programa de necessidades. Grande parte das famílias possuem dois filhos, algumas três. O pedido mais recorrente foi de formular o projeto pensando em sobrados, desta forma os quartos dos filhos, do casal e o banheiro social ficariam no segundo pavimento, enquanto no primeiro pavimento a maior parte das solicitações foi de uma cozinha, sala de televisão e área de serviço.

É importante considerar que algumas mulheres dessa comunidade trabalham com alimentação, por esse motivo deverão ser criados espaços que permitam um boa movimentação com locais de armazenamento para essa demanda. As salas de televisão, por outro lado, receberam uma atenção menor, podendo ela ser reduzida para maior aproveitamento dos ambientes de serviço. Além das questões essenciais expostas em conversas, uma outra demanda de determinados moradores era a respeito da necessidade de uma garagem, pois alguns fazem uso do automóvel para trabalho.

Figura 3. Fotografia do terreno ‘de baixo’, mostrando a mangueira, árvore de muita importância para os membros da ocupação.



Fonte: Registrado pela autora.

Programa de Necessidades e Dimensões Preliminares

A Concepção prevista como base para elaboração do programa se deu através de algumas questões principais no projeto. O primeiro e mais importante ponto é o limite de gastos que uma habitação de interesse social possui, os espaços devem ser pensados de maneira a atingir a função estabelecida e alcançar um conforto ambiental que torne o local propício para moradia. A partir do momento que este objetivo foi estabelecido temos alguns meios de chegar a valores mínimos para estabelecer uma metragem.

O programa abrange quatro tipos de construções que, de acordo com os habitantes, poderiam ser executadas no terreno da Nove de Novembro: duas tipologias de habitações unifamiliares, edifícios multifamiliares e o centro de memória Dom Waldyr Calheiros. As habitações unifamiliares visam abrigar famílias de até cinco moradores, sendo eles, um casal e seus filhos, pensando nisso foi estabelecido uma estimativa prévia de 47,50 m² para as residências que possuem dois quartos.

Tabela 1. Habitações Unifamiliares.

Ambiente	Quantidade	Metragem (m ²)
Cozinha	1	8,00
Área de Serviço	1	3,50
Banheiro	1	4,50
Quarto de Casal	1	12,00
Quarto de Solteiro	1	9,00
Sala	1	6,00
Circulação Vertical	1	4,50
Unidades necessárias: 16		Total (m ²): 47,50

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante mencionar que existe demanda para projetos com mais de dois quartos, devido a necessidade que algumas famílias têm de cuidar de algum familiar, nesta situação fica estabelecida uma metragem de 56,50m² em residências com três quartos. As habitações unifamiliares deverão ser equivalentes a dezesseis unidades destinadas a abrigar os moradores atuais da ocupação. As habitações multifamiliares serão dispostas no Terreno de cima em aproximadamente cinco blocos e abrigarão famílias com até quatro pessoas.

É necessário, para futuros projetos de edificações multifamiliares, alcançar uma quantidade mínima de 20 moradias, para esses apartamentos o objetivo é desenvolver um modelo básico para a reprodução que totalize 43 m² de área mínima construída relativa apenas aos apartamentos, considerando mais 25% destinados às circulações.

Tabela 2. Habitações Multifamiliares.

Ambiente	Quantidade por apartamento	Metragem (m ²)
Cozinha	1	8,00
Área de serviço	1	3,50
Banheiro	1	4,50
Quarto de casal	1	12,00
Quarto de solteiro	1	9,00
Sala	1	6,00
Circulação	25% área construída	
Unidades mínimas necessárias: 20	Total (m ²): 43,00	

Fonte: Elaborado pela autora.

O Centro de Memória Dom Waldyr Calheiros, espaço comunitário requisitado pelos moradores, abrigará os eventos da Nove de Novembro, mas também os visitantes que quiserem fazer uso do local. Contudo, a ideia que gira em torno do espaço é ser um local para se preservar a “luta pela moradia” e de expor trabalhos dos mais diversos. Para essa área, foi definida uma proposta de 146 m² de metragem construída mínima, um pavimento com o grande salão, banheiros feminino e masculino, uma cozinha para eventuais usos e área de serviço.

Já o segundo pavimento terá como proposta o setor de organização da ocupação, com escritório, depósito, almoxarifado, sala de reuniões e junto com esse espaço, uma continuação da área livre que terá contato direto com a mangueira (árvore símbolo da comunidade).

Tabela 3. Centro de Memória Dom Waldyr Calheiros.

Ambiente	Quantidade	Metragem (m²)
Salão principal	1	50,00
Cozinha	1	15,00
Área de serviço	1	5,00
Banheiro Feminino	1	16,00
Banheiro Masculino	1	16,00
Banheiro PNE	1	5,00
Circulação vertical	1	6,50
Total primeiro pavimento (m ²): 108,50		
Sala de reuniões	1	16,00
Almoxarifado	1	8,00
Escritório	1	8,00
Depósito	1	6,00
Lav. Feminino	1	3,50
Lav. Masculino	1	3,50
Total segundo pavimento (m ²): 45,00		

Fonte: Elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os apontamentos e dados acima colocados, é notável a urgente necessidade de uma atenção direcionada à ocupação Nove de Novembro, ainda que ela não seja a única afetada pelo sistema no qual estamos inseridos. A pesquisa aqui relatada e com o foco na comunidade servirá como base para possíveis projetos de urbanização e habitação.

As intervenções colocadas para a população da ocupação se aplicarão dentro de um contexto limitado, por mais que os mesmos problemas existam e em grandes escalas, cada terreno possui uma demanda diferente, cada população desenvolve sua própria dinâmica com o espaço e vivem seus próprios hábitos. Portanto, a replicação do presente estudo para outros locais deverá contar com adequações visando a realidade no qual está inserida.

Tendo em vista que o projeto será direcionado a moradores que já conhecem bem o local, a

participação na elaboração de estudos preliminares será muito necessária para identificar as maiores demandas cotidianas, como se dão as circulações internas, as dinâmicas com os demais moradores, qual espaço necessitará de uma maior atenção.

Em relação aos passos do devido projeto, este trabalho serve de base para sustentação teórica a respeito da circunstância citada, podendo servir como justificativa para o planejamento e execução de uma proposta que contribua com essa comunidade que há tantos anos dá continuidade à luta pela moradia.

Evidenciar o importante objetivo de acolher e trazer em cada ambiente planejado, tanto externo quanto interno, o acolhimento, fazer com que o morador se sinta parte do espaço em que ele irá viver e criar laços. Antes de tudo, usar artifícios já existentes no terreno como ponto de partida para pensar a nova dinâmica social aliada à realidade atual, para que a sensação de pertencimento, inclusão e representatividade permaneça.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Julio José. **Volta Redonda: uma cidade privatizada**. *Jornal do Brasil*, [S. l.], p. 1-1, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/artigo/2018/08/196-volta-redonda--uma-cidade-privatizada.html>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ARCHDAILY. Arquitetura e Urbanismo. *In*: BARATTO, Romullo. **USINA 25 anos: COPROMO**. São Paulo, 19 maio 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/767128/usina-25-anos-copromo>. Acesso em: 12 maio 2022.

BASTOS, Paulo Gustavo Pereira. **Moradia Operária: Permanência e Contribuição a Morfologia Urbana em Volta Redonda**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ummodo Projetos Editoriais, 2017. 224 p. ISBN 9788592633028.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BORGES, Jennifer dos Santos. **Terras da União – patrimônio de quem?**: Sobre produção e apropriação do espaço urbano em terras públicas. *ATTENA: Repositório Digital da UFPE*, Recife, ed. 22, 15 abr. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16055>>. Acesso em: 12 maio 2022.

CASTRO, C. M. **Vulnerabilidade dos Sistemas Hídricos e Riscos Ambientais em Volta Redonda (RJ)**. 2004. 112f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2004.

CASTRO, Cleber Marques de *et al.* **EVOLUÇÃO URBANA NA CIDADE DE VOLTA REDONDA (RJ)**. UNIG, Volta Redonda, 2008. Disponível em: <https://unig.br/wp-content/uploads/EVOLUCAO-URBANA-NA-CIDADE-DE-VOLTA-REDONDA.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

COHAB: Companhia de Habitação. Volta Redonda: EPDVR, 26 jul. 2018. Disponível em: <https://www.voltaredonda.rj.gov.br/8-interno/77-cohab/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. 7. ed. aum. [S. l.]: Atual, 2019. 80 p. ISBN 978-8570569011.

PEABIRU. Arquitetura: Habitação Interesse Social. In: **CAPELINHA E COCAIA**. Online. São Bernardo, 2011. Disponível em: http://www.peabirutca.org.br/?painel_projetos=capelinha-cocaia. Acesso em: 20 mar. 2022.

Programa ‘Escritura Fácil’ é lançado no Santo Agostinho. Volta Redonda: Diário do Vale, 23 fev. 2017. Disponível em: <https://diariodovale.com.br/cidade/programa-escritura-facil-e-lancado-no-santo-agostinho/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

FARIA, Camila. **AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO POPULAR POR MORADIA NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA (1970-1980)**. Orientador: Professora Dr^a Luci Faria Pinheiro. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado) - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói - RJ, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/8340>. Acesso em: 11 maio 2022.

FRANCO, Douglas Vinicius. **COMPANY TOWN E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - RJ**. Revista Eletrônica de Ciência Política, [S.l.], v. 9, n. 2, dez. 2018. ISSN 2236-451X. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/63768>>. Acesso em: 17 maio 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/recp.v9i2.63768>.

GOOGLE, INC. Google Maps, 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-22.4914567,-44.0668697,3a,75y,22.01h,81.9t/data=!3m6!1e1!3m4!1sbAQxMPTXFTT8r8yE_LiiXQ!2e0!7i13312!8i6656>. Acesso em: maio de 2022.

GOOGLE, INC. Google Maps, 2022. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-22.4917149,-44.066926,202m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: maio de 2022.

GOMEZ, Wilian Fernando. **VOLTA REDONDA A CIDADE PRIVATIZADA CONFLITOS E CONTRADIÇÕES URBANAS**. Orientador: Prof.Dra. Sônia Azevedo Le Cocq d’Oliveira. 2010. 184 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Censo Demográfico, Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

LIMA, Raphael Jonathas da Costa. **CSN e Volta Redonda: uma relação histórica de dependência e controle/CSN**. ProQuest: Política e Sociedade; Florianópolis, [s. l.], v. 12, ed. 25, 2013. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/1520015772>. Acesso em: 23 abr. 2022.

LIMA, R.G.S. **Volta Redonda do café e do leite**. Volta Redonda: Ed. Prefeitura de Volta Redonda, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. Lei nº 4.441, de 6 de agosto de 2008. Plano Diretor de Volta Redonda. **Plano Diretor Participativo**, Volta Redonda, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. Decreto nº 4.441, de 24 de março de 2010. **Plano de Habitação de Interesse Social**. Plano de Habitação de Interesse Social, Volta Redonda, 24 mar. 2010.

ROLNIK, Raquel *et al.* **Solo urbano e habitação de interesse social:** a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. *ADVOCEF: Revista De Direito*, [s. l.], ed. 13, p. 123 - 155, 2011. Disponível em: <http://www.advocef.org.br/wp-content/uploads/2014/11/13-novembro-2011.pdf#page=124>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SILVA, Leonardo Ângelo da. **Industrialização, Relações de Classe e Participação Política: Da Criação da CSN à Emancipação de Volta Redonda (1941 - 1954)**. Orientador: Alexandre Fortes. 2010. 113 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2010.